

Ms. 12650

Série de Notas sobre a Guerra

N.º 84

As medidas de guerra em Inglaterra

PUBLICADA PELO

Col. 1

Bureau da Imprensa Britânica em Lisboa



LISBOA

TYPOGRAPHIA DO ANNUARIO COMMERCIAL

Praça dos Restauradores, 24

1918

THE UNIVERSITY OF CHICAGO
LIBRARY

THE UNIVERSITY OF CHICAGO



UNIVERSITY OF CHICAGO LIBRARY

As medidas de guerra em Inglaterra

As sessões parlamentares do Imperio Britânico sucedem-se sem intervalo, de sorte que difficilmente se distingue o terminar duma e o começar doutra. Ao encerrar ha pouco a sessão parlamentar de 1917-18, concedeu o rei Jorge V seu beneplácito á ultima proposta de reforma eleitoral que confere pela primeira vez o direito de voto á mulher. Esta reforma eleva de 8.000.000 a 16.000.000 o numero de eleitores no Reino Unido. Tendo concluido esta revolução pacifica, ficou suspensa, durante breve espaço de tempo, a sessão parlamentar; porém seis dias mais tarde retomaram os seus logares os deputados e a nova sessão prolongar-se-ha provavelmente durante seis mezes. E' possível que se façam para os fins deste ano as eleições gerais. Em condições normais, o parlamento actual ter-se-hia dissolvido ha dois anos e teria sido eleito um novo parlamento. Devido á guerra ficou combinado em 1916, com a anuencia dos partidos todos e a contento da nação, que o parlamento então existente continuaria em plena laboração até se oferecer melhor ensejo para renovar o seu mandato. Ha 250 anos que nenhum parlamento vigora

durante um tão largo espaço de tempo. Assim mesmo, considera-se provavel que a dissolução ficará adiada até 1919. Tudo depende da marcha da guerra.

Desde o primeiro debate desta nova sessão, tornou-se evidente que a principal preocupação nas duas camaras terá relação a assuntos de guerra. Promete-se, contudo, apresentar uma legislação de character importante; porém na fala do trôno, Jorge V aproveitou mais uma vez a ocasião para pôr em primeiro plano as questões inadiaveis de administração militar. Far-se-hão novas levas de força viril afim de manter uma reserva constante e plena para o abastecimento do exercito em campanha. Como todos agora reconhecem, não é de somenos importancia a manutenção não só das industrias de guerra directas, mas doutras, como a de construção naval, das quais dependem as primeiras. Neste sentido, serão postos em pratica novos metodos para o fim de desenvolver ainda mais a resposta britânica á campanha submarina. Não satisfaz, como afirmou Sir Eric Geddes, destruir os submarinos com a rapidez com a qual se constroem; os estaleiros britânicos teem de produzir nova tonelagem mercantil com a rapidez com que se afundam os barcos existentes. O primeiro destes dois fitos parece já estar alcançado e ha indicações que se poderá em breve levar a efeito o segundo. O espirito pratico britânico coloca as finanças de guerra logo após o pessoal de guerra e a tonelagem — ou talvez na mesma categoria. Até hoje, por meio de prodigiosos adiantamen-

tos ás contribuições existentes, tem o Governo podido satisfazer os juro dos empréstimos de guerra sem recorrer a novos empréstimos. A manter-se este excelente principio, será forçoso aumentar ainda mais neste ano as contribuições; o Governo já deu a entender ao parlamento o proposito em que está de pedir autorisação para levar isso a efeito. Temos, portanto, logo no principio da nova sessão, um apelo confiado apresentado pelos ministros aos seus concidadãos para que renovem em tres direcções os sacrificios actuais — primeiro, o de subordinar os interesses de certas industrias altamente importantes contudo não absolutamente vitais ás necessidades do exercito em campanha; segundo, retirar dessas e doutras industrias os homens cujos serviços se tornam impreteriveis nos estaleiros; terceiro, derivar para os fundos nacionais uma proporção sempre crescente dos recursos individuais dos cidadãos. Convem notar que em caso nenhum procura o Governo encorir ou diminuir a importancia das obrigações em que o paiz incorre, nem deseja atribui-las a outras causas que não seja a de prosseguir na guerra. Continua essa causa a considerar-se em Inglaterra como a mais poderosa que um ministro pode apresentar ao povo em justificação duma politica de sacrificios.

Não resta duvida que os ultimos acontecimentos e as declarações feitas na Alemanha tem reforçado a firmeza com que a opinião publica da Gran Bretanha aprova e apoia as medidas de guerra do Governo. Notamos que Mr. Asquith

nos seus comentários a propósito da insistência do imperador da Alemanha na necessidade duma vitória alemã como preliminar para as negociações de paz, diz que seria erro supôr que esta ambição represente as vistas do Reichstag ou do povo alemão. Poderá ser, porém é iniludível o efeito produzido nos parlamentos e nos povos doutros paizes por declarações dessa ordem. Além disso permanece no espirito dos Aliados a má impressão produzida pela resposta provocadora dada pelo conde Hertling ás tentativas de aproximação feitas pelo Presidente Wilson e Mr. Lloyd George, a qual tanto Mr. Asquith como Mr. Lloyd George condena porque torna impossivel qualquer discussão. Na fala do trôno, diz o rei Jorge V que os fins pelos quais combatem os Aliados ficaram delineados no principio do ano em termos que «oferecem uma base justa para a solução da luta actual e para o restabelecimento de direitos nacionais e de paz internacional para o futuro». Infelizmente o governo alemão ou desprezou ou meteu a ridiculo as reclamações apresentadas — é o governo alemão unicamente e não o governo austriaco que está acusado de rejeitar o espirito de conciliação — e por conseguinte, emquanto à Inglaterra, o parlamento e o povo estão fortemente unidos em reafirmar a convicção que a unica solução possivel das dificuldades mundiais está na continuação da guerra contra as pretensões da Alemanha,